

Reunião de Leitura Comunitária do Plano Diretor Participativo
Unidade Territorial de Planejamento 03 – REGIÃO 3 - EMEIF VISTA LINDA -28 de Agosto de 2013

Data: 28/08/2013	Local: EMEIF VISTA LINDA	Início: 19:30h	Fim: 21:30h
----------------------------	------------------------------------	-----------------------	--------------------

Pauta:

1. Abertura;
2. Apresentação sobre os procedimentos da leitura comunitária;
3. Exposição do coordenador da Comissão Técnica sobre o processo de desenvolvimento do Plano Diretor Participativo (Termo de Referência);
4. Uso da palavra pelos cidadãos;
5. Encerramento e informes de datas das próximas reuniões de leitura comunitária nas unidades territoriais de planejamento.

Participantes da comissão técnica:

Conforme lista de presença anexa, que é parte integrante dessa ata.

Aos 28 (vinte oito) dias do mês de Agosto, nas dependências do EMEIF VISTA LINDA, localizado à Avenida Anchieta nº 8.619, nesta Cidade de Bertioga, se realizou a segunda Leitura Técnica referente a Região Administrativa nº 03 (UTP-03). A reunião se iniciou com o Secretário de Planejamento e COORDENADOR da Comissão Técnica Multidisciplinar de Revisão do Plano Diretor de Bertioga o Ilmo. Sr. JOSÉ MARCELO FERREIRA MARQUES, apresentando as regras de funcionamento da leitura comunitária. Nesse momento o Secretário anuncia que as inscrições para intervenções estão abertas, através de uma lista que se encontra com a secretária da Comissão Técnica. Expõe que outras formas de expressão e apresentação de propostas também serão consideradas entre elas as fichas para propostas, também disponíveis com a secretária, como também será possível aos munícipes encaminhar a qualquer tempo, suas propostas através do endereço eletrônico (e-mail): planodiretor@bertioga.gov.sp.br. Ressalta, ainda, que o processo do Plano Diretor está disponível para consulta na Secretaria de Planejamento e que o conteúdo do Plano será disponibilizado na página web da Prefeitura. Logo em seguida anuncia aos presentes que será apresentado um vídeo com o pronunciamento do Exmo. Sr. Prefeito Municipal o Engenheiro e Urbanista JOSÉ MAURO DEDEMO ORLANDINI gravado na Reunião para Leitura Técnica realizada no Espaço Cidadão unidade Centro, no dia 27 de Agosto de 2013, informando a todos que o vídeo será exibido pois o Prefeito Municipal não pode comparecer devido compromissos inadiáveis, porém importante levar a todos os Munícipes sua mensagem, que segue em CD (anexo xxxx) parte integrante dessa Ata. Com a palavra o COORDENADOR inicia sua apresentação com a descrição das etapas do processo de revisão do PDB e diz que tal procedimento deve atender aos mandamentos da Lei Federal nº 10.257/2001 conhecida por Estatuto da Cidade que regulamente os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Lembra que houve um atraso na revisão do PDB porque se aguardava a edição

do Decreto Estadual estabelecendo o zoneamento ecológico econômico do plano estadual de gerenciamento costeiro que deveria ter ocorrido no início do ano de 2012, porém só veio a ser editado no início de 2013. Sendo certo que é necessário que o Plano Diretor produto da revisão deva estar de acordo com os limites definidos pelo Zoneamento Ecológico Econômico, razão pela qual se esperou a edição do mesmo. Dando sequência iniciou a apresentação de slides que segue anexo a essa Ata e é parte integrante da mesma. Após sua apresentação o COORDENADOR abriu a palavra aos inscitos, na ordem da lista de inscrição chamando a Sra. ELISA SELVO CHAVES Presidente do Conselho Municipal de Cultura que no início de sua fala fez um convite a toda sociedade, para que participem de um processo que esta ocorrendo paralelamente a Revisão do Plano Diretor que é a elaboração do Plano Municipal de Cultura, fez um apelo a todos os presentes dizendo que é importantíssimo o apoio da sociedade civil na elaboração do citado Plano Municipal. Enfatizou que o Plano Municipal de Cultura é também uma forma de fomentar as atividades econômicas da Cidade, uma forma de atrair mais recursos. Pontificou que já foi desenvolvido pelo Conselho Municipal de Cultura com a ajuda da sociedade civil um projeto de lei que versa sobre o Sistema Municipal de Cultura e que esse já foi entregue ao Sr. Prefeito Municipal, porém disse que agora precisam mais ainda de toda a sociedade para desenvolver esse Plano e assim reiterou o convite a todos para participarem de reuniões que acontecerão nos próximos dias com a finalidade de se elaborar um diagnóstico. Disse ainda que a cultura, dentro do processo de revisão do PDB está entre os planos setoriais, que no slide apresentado pelo COORDENADOR está inserido em “outros”. Que é um fator importantíssimo do PDB e deve ser obrigatoriamente considerado, pois não há interesse por parte de nenhum morador de residir em uma Cidade onde a maior parte da arrecadação provém do IPTU (imposto sobre a propriedade territorial urbana), sendo certo que essas pessoas que hoje pagam o referido imposto, deixarem por qualquer razão de fazê-lo, se desinteressam pelo imóvel que possuem em consequência tal renda deixará de existir, por essa razão e para o IPTU “continuar existindo” a cidade tem que ser agradável, tem que atrair pessoas e a Cultura, em suas próprias palavras “além de uma dimensão simbólica que é a vontade das pessoas de produzir uma literatura uma obra de arte também tem uma dimensão cidadã dada pela própria Constituição Federal de 1988 que garante a todos independente de etnia e idade, o direito de exercer sua cultura, tem ainda uma terceira dimensão que é a geração de renda”. Assim, de forma resumida discorreu sobre a importância da cultura para toda a sociedade e a necessidade de seu fomento por parte dos poderes públicos, entendendo como essencial e indispensável que seja considerado o Plano Setorial de Cultura dentro do processo de Revisão do Plano Diretor. Finalizando pontifica que a Cultura versa na verdade e na essência sobre a identidade de um povo, ou seja, da identidade de todos nós (fala na íntegra em mídia eletrônica acostada a essa Ata). Em seguida, com a palavra o cidadão Sr. GERALDO VARJABEDIAN, que diz que veio residir no município de Bertiooga no ano de 2001 e que veio á essa cidade buscando “qualidade de vida” e que por algum tempo obteve êxito nesse desiderato. Que de uns anos (atrás) para os dias atuais tem percebido a “queda” na qualidade de vida nessa Cidade devido ao aumento de criminalidade, produção de ruídos, desmatamento da vegetação de forma intensa em toda a orla da praia. Diz que escuta queixas de moradores da área central em relação a inexistência de ventilação natural nas ruas, da forma que existia anteriormente.

Pontifica que para uma cidade que vive de “temporada” que “tem o verão que nós temos” ele considera a vegetação importantíssima. Que desde que chegou a essa Cidade escuta uma “história” que conhece há muito tempo atrás, pois assistiu o “melhor” e o “pior” de Guarujá (Município vizinho, pertencente também à Baixada Santista). Segundo ele assistiu a “derrocada de Guarujá” nas décadas de 70 a 80 do século passado e diz que o mesmo está ocorrendo na cidade de Bertioga e que isso resultará na perda de “qualidade de vida” e “negação da vegetação”. Que as pessoas maltratam o meio ambiente (tem uma visão que árvore é estorvo, segundo suas próprias palavras) e que encaram a legislação ambiental como um empecilho ao desenvolvimento da cidade. Pontifica que no mundo inteiro existe a preocupação com a preservação do meio natural, segundo ele “alguns países que se dizem desenvolvidos estão trabalhando em uma escala de decrescimento econômico” enquanto “nós estamos indo na contramão falando em expansão urbana a toque de caixa”, prevendo para o ano de 2040 uma população de aproximadamente 240 mil pessoas. Que quando chegou à cidade a população era bem menor do que a dos dias atuais, porém, em uma escala de proporção a população de baixa renda é praticamente a mesma, se for mantida essa grandeza com uma população de 240 mil habitantes vamos ter e ainda segundo ele um número de 220 mil pessoas de baixa renda e nesse sentido faz a pergunta: Onde vão morar essas pessoas? Já que às áreas passíveis de construção estão cada vez mais restritas. Esse processo vai resultar na verticalização com o intento de abrigar um maior número de pessoas e faz outra pergunta: A população de baixa renda vai conseguir adquirir esses apartamentos? Ele mesmo responde negativamente, justificando a sua resposta no fato que as próprias pessoas que constroem em Bertioga - os trabalhadores da construção civil – que depois passam a residir na Cidade e ao fim do mesmo vão construir suas próprias residências e são obrigados a construir na forma que podem, ou seja, e com suas exatas palavras: “comprando dez (10) tijolos hoje, um saco de cimento amanhã e assim por diante”. Enfatiza, por fim, que a população que conseguir morar aqui depois desse processo vai passar por um processo de “gentrificação”, ou seja, vão “elitizar” a Cidade e no futuro teremos “um diamantino caro fincado em um monte de área verde” e faz outra pergunta: Quanto vai valer isso para quem tem dinheiro?.E diz que para nós, os moradores da cidade, em forma de pergunta: Como vai ser o jogo do imposto? E a qualidade de vida? Afirma, respondendo a seus próprios questionamentos que os moradores serão expulsos da cidade à exemplo do que ocorreu na Cidade de Santos, onde houve um decrescimento populacional, como consequência do processo de se estar construindo especulativamente. Afirma que o mesmo vai ocorrer no Município de Bertioga, pois toda a projeção de construção que esta sendo feita, segundo ele, é voltada pensando na em segunda residência. Pergunta: E os moradores da Cidade? Responde: ou se adaptam ou vão morar em “Vicente de Carvalho I” (se referindo à bairro pertencente à Cidade de Guarujá) porque “aqui não cabe mais”. Diz que está fazendo uma reflexão, para que as pessoas pensem “o porquê dessa Cidade”, pois acredita que todos estão aqui em busca de qualidade de vida e se “isso vai virar um deserto caro” se pergunta: estamos trabalhando para o que? Estamos lutando para que? E afirma que esse é um questionamento razoável para as pessoas pensarem. Diz ainda, que são duzentas mil pessoas empilhadas no município, “não existe como” e pergunta: Qual a forma de conter essa população crescente? E responde: parando de trazer pessoas, cessando a construção da segunda residência. Em

suma o cidadão GERALDO discorreu sobre sua própria experiência de vida, trazendo uma reflexão sobre os limites de crescimento da nossa Cidade e que com o desenvolvimento populacional se perderia a qualidade de vida no Município, que devido à quantidade de áreas de preservação as passíveis de construção, que são poucas, acabam obtendo um grande valor econômico. Por essa razão certamente serão ocupadas por uma população de alta/média renda e que a população residente de baixa renda seria segregada na Cidade a exemplo do que aconteceu com o Município vizinho Guarujá, que em meados de 1970/1980 sofreu um processo de verticalização o que ocasionou grave mudança em seu perfil socioeconômico e ambiental devido o aquecimento da indústria da construção civil que atraiu trabalhadores que passaram a residir no município e devido ao alto custo das habitações nas regiões próximas às praias passaram a ocupar os morros e outras áreas de preservação. Em razão desses fatos houve falta de empregos e aumento da criminalidade (a integra de sua fala está na mídia eletrônica acostada a essa Ata). Na sequencia foi dado à palavra a cidadã Sra. MARIE MURAKAMI, representante da Central de Movimentos Populares que segundo ela o objetivo de tal movimento é políticas públicas a exemplo do Plano Diretor, com a participação popular. Pontificou que houve uma apresentação de dados insuficientes até em razão do pouco tempo, porém percebeu que há uma grande preocupação que é a situação do “poder econômico”. Disse que em várias oportunidades foi levantado o problema da velocidade do poder econômico, velocidade essa que a Prefeitura não consegue alcançar, ou seja, implantar infraestrutura para os condomínios/loteamentos e esses crescem cada vez mais e com isso a Municipalidade esquece e nunca tem tempo para executar essa mesma infraestrutura para a vila dos “pobres”. Em seguida pergunta a plateia se alguém sabe o que é Plano Diretor e diz que esse é um nome complicado, inventado por pessoas específicas que utilizam um “palavreado muito complicado” e explica que o Plano nada mais é do que a “divisão do queijo”, ou seja, de como vamos utilizar todo esse território. E diz que quando se utiliza um “palavreado” complicado normalmente se cerceia a possibilidade de compreensão por parte da maioria das pessoas, passando a ser privilégio de poucos, somente daqueles capazes de compreender que segundo ela, são os Engenheiros e Arquitetos e Construtores. Disse ainda que não há duvida que se avista o grande desenvolvimento de empreendimentos, mas parte da população, inclusive aquela que ela “defende”, que representa cerca de 80% da população do município, são pessoas que não tem condição de participar pois não entendem o vocabulário utilizado. Prosseguindo diz que o PDB tem uma gama variável de casas para fazer que são “casas para ricos”, “casas para meio ricos”, “casas para milionários”, “casa para muito milionário” e assim por diante e esquece da casa dos “pobres” então se percebe que em todo lugar existe a possibilidade de se fazer casas para “ricos” e faz a pergunta: E a casa do “pobre”. Responde dizendo que para esses últimos, quando solicitado aos Vereadores à resposta é de que não existe área para fazê-lo. E assim o “pobre” acaba morando no mangue e são chamados de invasor e os Poderes Públicos mandam a polícia tira-los e jogar os seus pertences em qualquer lugar. Lembra que hoje (dia 28 de agosto de 2013) é o dia internacional da reforma urbana e que a CMP (Central de Movimentos Populares) e outras entidades está em marcha desde as primeiras horas do dia, pelo Brasil inteiro e nesse momento entregou ao COORDENADOR, que recebeu no mesmo ato, uma “cartinha modelo” feita pela Estadual do movimento a que pertence e que trata sobre a

difusão das políticas públicas através dos movimentos populares que tem uma série de demandas, entre elas a efetiva participação da população na formulação de políticas públicas. Em seguida diz que o termo (calendário) apresentado pelo COORDENADOR detém um prazo muito curto. Diz ter dúvidas quando o COORDENADOR fala em “consultas públicas”, “audiências públicas” e “conferência” porque nem todos poderão ser representados no Núcleo Gestor, nesse sentido, a pergunta foi se as consultas públicas terão caráter deliberativo ou consultivo, se as opiniões apresentadas vão ser ouvidas e executadas ou somente ouvidas, registradas e esquecidas e explica que audiências públicas em planos diretores ou qualquer outro é somente consultiva e geralmente não são aplicadas. Então, tendo em vista esse fato acha que a população deve exigir que essas audiências públicas sejam deliberativas e também que na citada conferência exista uma Plenária em que o povo possa votar e apresentar suas propostas e enfatiza que somente dessa forma será possível ver contemplado dentro do Plano Diretor a questão da habitação de interesse social porque é necessário que exista além de loteamentos de luxo, pensar em áreas para construção de casas para “pobres” até porque são eles (os “pobres”) que segundo ela vão limpar as casas dos “ricos”, são os trabalhadores dessa terra, representam aproximadamente 30% da “questão econômica” da cidade, portanto é uma população importante. Disse, em seguida que analisando o Plano Diretor em vigor (1990), pois estamos fazendo uma revisão desse plano, temos que fazer uma análise existe uma série de problemas e uma série de sucessos. É evidente que há determinados setores que vêm obtendo extremo êxito que é a dos empreendimentos a dos construtores, mas existe uma gama de sérios problemas. Diz ainda que segundo dados do IBGE/2010 foi levantado o número de 40 á 47 mil habitantes, dentro dessa proporção temos 1 (uma) casa por pessoa, se chega ao número de aproximadamente 1,16 casas por pessoa, um número bastante alto. Isso demonstra a fartura de residências que temos na cidade, porém as pessoas moram “esturrizadas” notadamente em Vicente de Carvalho II e no Ana Paula, o que significa que a política aplicada através do Plano Diretor está servindo uns em detrimento de outros, está penalizando a classe trabalhadora local esse é um redimensionamento urgente a ser feito, porque essa pressão social um dia vai se tornar conflito e aí nós não teremos mais paz. ADIEL PEREIRA, representante da Associação de Moradores do Mangue Seco, estagiário da OAB e assessor parlamentar do deputado Luciano Batista. Parabenizou os que criaram o Plano Diretor em vigor, que será objeto de revisão, que atualmente possui 15 anos de vigência e foi feita pelos “nossos” Engenheiros e Arquitetos, nesse sentido, aproveitou a oportunidade para parabenizá-los e render as suas homenagens a eles, pois tal plano é um instrumento extremamente técnico. Diz que é “filho da terra”, que quando nasceu no ano de 1960 à única maneira de se chegar a Santos era através de uma barca e que nos dias atuais, essa situação já melhorou com a construção das estradas – conhecidas por Rio-Santos e Mogi-Bertioga – que liga a Capital ao Litoral. Pontifica que a Cidade passou por sérias dificuldades, mas que hoje já houve uma evolução. Disse que, em parte, os problemas históricos do Município esta intrinsecamente ligada ao fato de Bertioga ter pertencido ao Município de Santos e nesse sentido, sofreu um processo de ocupação de forma desordenada e sem nenhum critério urbanístico, havia aqui simplesmente uma Administração Regional, nessa época foram criados vários loteamentos que embora regularizados através de autorização que é o caso do Rio da Praia e também

desse bairro que estamos (Jardim Vista Linda) e também Jardim Vista Alegre que ainda hoje possui vários problemas, no entanto são loteamentos regulares. Quanto às áreas para construção de habitações populares pontificou que já existe projetos/programas e citou a ZEIS I que já está ocupada e a ZEIS II que pode ser ocupada. Lembrou ainda da lei que instituiu o NEDDA I e NEDDA II no Jardim Indaiá e ainda foi construída 74 casas no Mangue Seco e já estão em fase de construção mais de 400 casas em Vicente de Carvalho II que serão construídas justamente para fazer a remoção de pessoas das áreas de risco a exemplo do que foi feito no Mangue Seco, que foi feita a retirada das pessoas que moravam na beira do rio e relocadas em assentamentos urbanos o mesmo vai ser feito em Vicente de Carvalho II que é um bairro humilde, porém um bairro de qualidade que possui infraestrutura urbana existe problemas, mas acredita que com o passar dos anos esses problemas serão solucionados e diz ainda que tem acompanhado o trabalho feito pelo CDHU. Continuou dizendo que “ontem” (dia 27/07/2013) quando se pronunciou na primeira leitura comunitária abordou a questão da regularização fundiária exatamente para que seja possível aumentar a arrecadação municipal, pois acha justo que pessoas que moram em áreas invadidas também paguem impostos, notadamente o IPTU, porque esse é a contrapartida do cidadão à prestação de serviços ofertada pelo Município, serviços, por exemplo, de coleta de lixo, escolas municipais, transporte público para as crianças, hospital e demais demandas do município e esses serviços exigem um custo ao município então é justo que toda coletividade participe dessas despesas. Disse ainda que “temos que alavancar a mola mestra do Município” que é a construção civil. Diz que se alegra com a Riviera de São Lourenço, que é muito criticada, porém representa aproximadamente 40% da arrecadação tributária do Município. Pontifica que é importante se saber tudo que se quer para o futuro do Município para que se proceder a essa revisão. Propõe aumentar o número de casas por terreno, para de essa forma aumentar também a arrecadação do IPTU (aproximadamente de 4 a 6 casas por terreno). Diz por fim, que existem problemas ligados ao saneamento básico, porém pontifica que existe uma verba de aproximadamente 40 milhões de reais para a execução de obras de saneamento, principalmente em todo o entorno do Jardim Vista Linda e já em fase de licitação. INGO DE VRIES diz que não reside em Bertioga integralmente, mas sim esporadicamente. Que morou aqui por alguns anos. Chegou ao Município por volta dos anos 90 do século passado quando o seu pai se tornou proprietário de um restaurante na cidade, logo após de um posto de gasolina. Diz que no ano de 2004 passou a residir na Cidade de Mogi das Cruzes e agora está retornando ao Município de Bertioga. Diz que é corretor de imóveis mais trabalhou por muitos anos em uma agência de empregos e teve oportunidade de conhecer o Estado do Espírito Santo, oportunidade em que conheceu a atividade econômica “Off shore” que leva suprimento para os navios petroleiros e seu amigo Andre, a quem vai chamar em momento posterior para esclarecer sobre essas atividades, mora no Estado do Espírito Santo e possui representação de uma empresa de maquinas de solda e conhece bastante o trabalho das empresas de “catering” e diz ainda que hoje trazendo uma proposta para a Prefeitura com o objetivo de trazer uma nova fonte econômica para a Cidade. Logo após pediu ao seu amigo ANDRE OLIVEIRA assumir a palavra com desiderato de discorrer ainda que brevemente sobre as atividades de “catering”. Esse último por sua vez disse que morou no Espírito Santo por treze (13) anos e conheceu com profundidade a indústria petroleira e disse que essa

oferta uma grande oportunidade para qualquer Município. Disse que conheceu empresas de “catering” que atuam no fornecimento de alimentação para os trabalhadores das plataformas de petróleo e para as embarcações “supply boat” e serviços de hotelaria marítima. Diz que observa uma grande possibilidade do Município, como poder público, fomentar essa atividade, convidando empresas para se estabelecerem na Cidade e que acredita que à exemplo do Espírito Santo, esse tipo de atividade econômica também é viável para o Município de Bertioga. Diz ainda que a prova de que isso é possível é o Município de Guarujá que já tem uma empresa italiana que presta serviços à PETROBRAS que está implantando um sistema de logística e um centro tecnológico que prevê um aporte que já superou trezentos milhões de dólares. Nesse momento, INGO retoma a palavra (ainda dentro do tempo estipulado pelo COORDENADOR) somente para finalizar, pontificando que a possibilidade de trazer empresas de “catering” para o Município de Bertioga é totalmente possível até por razões geográficas, em razão de o Rio Itapanhaú desaguar no Porto de Santos e acredita que dá para aproveitar suas margens para alocar essas empresas. Pontifica ainda que esse tipo de atividade econômica gera empregos com a contratação de mão de obra. Finaliza dizendo que enxerga três pontos positivos na implantação dessa atividade econômica para o Município, quais sejam: geração de empregos; geração de impostos para o Município e fomento de outras atividades econômicas correlatas e interligadas (fala na integra em mídia eletrônica acostada a essa Ata). JUAREZ MICHOLOTTI que se apresenta como cidadão, morador de Bertioga e dirige a uma pergunta ao Secretário – se os mapas apresentados serão disponibilizados, pois achou muito interessante – O Secretário e COORDENADOR responde afirmativamente informando ainda, que o será através do site oficial da Prefeitura Municipal de Bertioga. Em seguida, de volta com o uso da palavra o Sr. JUAREZ faz a observação de que faltou mencionar – nos slides de apresentação – a Política Nacional de Gerenciamento Costeiro que é uma legislação federal que também versa sobre a limitação do uso do solo. Diz que uma forma de se enxergar a limitação ambiental que temos no Município é aceitar que o fato de possuímos pouco espaço para desenvolver a Cidade, nesse sentido o nosso foco não deveria ser expansão e sim cuidar do que já está consolidado, cuidar dos moradores atuais do município e não pensar em residentes futuros. E faz outra pergunta: Na questão do orçamento não apareceu o ICMS ECOLÓGICO, indagou se o Município o recebe ou não? Caso afirmativo que destinação é dada a esse recurso? E também solicita que se considere no orçamento se o citado tributo faz parte ou não na renda do Município. Resaltou ainda a questão colocada pela cidadã MARIE que serão realizadas consultas, audiências ou conferências e disse que esses momentos são importantes, que possuem caráter diferente. Assim explica que uma consulta o nome já diz sua função que é para as pessoas darem a sua opinião, trazerem seus anseios. Deixa uma dica para as pessoas entregarem documentos escritos para apresentar a Comissão da Prefeitura. Disse ainda que as audiências também são momentos propícios para se apresentar ideias, já o momento da conferência é o momento de votar e também de se averiguar se todas as colocações foram consideradas. (fala na integra em documento anexo a essa Ata). Em seguida o COORDENADOR pontifica que o momento das leituras comunitárias não é o momento de enfrentamento ou debate, e que a equipe técnica da PMB ali esta para ouvir a população, porém a título de esclarecimento responderá as perguntas colocada pelo cidadão JUAREZ MICHOLOTTI. Assim

disse que o município recebe o ICMS ECOLÓGICO, porém o valor é irrisório, que corresponde aproximadamente um milhão de reais, não é capaz de custear nem os gastos com a fiscalização do Parque, porque o Estado não faz essa fiscalização e por este motivo ele está discriminado no item “outros”. Respondido o questionamento o COORDEADOR pergunta se mais alguém quer fazer uso da palavra, nesse momento se manifestou o Vereador IVAN DE CARVALHO, que com a palavra disse: Veio registrar a sua presença e que é muito importante essa oportunidade de discussão da Revisão do Plano Diretor e, nesse sentido temos que entender que a cidade não é um problema e sim onde estão todas as soluções. Pontificou que os seres humanos da mesma forma que as abelhas que moram em colmeias nós (seres humanos) moramos em cidades. Disse que não existe outra solução, até pelo número de habitantes do planeta, que não sejam as Cidades, portanto as cidades não são problemas e sim soluções. Disse que os desafios da política urbana, na sua complexidade, pode ser justamente a solução para que a humanidade encontre um caminho melhor, respeitando não só a sustentabilidade como também todos os outros animais que como nós vivemos nesse planeta, mas também a nossa própria espécie que precisa de um ambiente saudável para viver e que só quem pode mudar as coisas somos nós mesmos. Destruirmos o Planeta até agora, somos nós que devemos reconstruí-lo, de alguma forma. Portanto, pontifica que quando se tem uma oportunidade de discussão como essa que estamos fazendo – discussão para revisar o Plano Diretor – é importante que se escute todas as opiniões e que estas sejam ofertadas em forma de propostas, pois é evidente que pensamos de forma diferente e é justamente o conflito de ideias que produz uma ideia melhor. Disse ainda que precisamos encontrar para a nossa cidade novos caminhos, olhar o passado como uma lição, todas as ideias devem ser “bem vindas”, nenhuma ideia deve ser repudiada é esse justamente o exercício da democracia. A cidade é um sonho coletivo e não individual e nesse sentido se colocou à disposição para ajudar em tudo que for preciso. Novamente o COORDENADOR pergunta se mais alguém quer exercer o direito de falar e existiu a requisição da palavra por parte de uma cidadã LUCIA MARIA DE CAMPOS que disse não estar falando como Presidente do Conselho Municipal das Mulheres, cargo que ocupa, mas sim como cidadã e moradora da Cidade de Bertoga. Pontifica que precisa ser considerado no Plano Diretor definição de espaços para lazer – áreas de lazer – pois atualmente não existem espaços de lazer. Diz que cada bairro deva ter o seu Centro Comunitário. Que não existe na Cidade bibliotecas. Que quanto a verticalização é contra se mudar o gabarito de no máximo 12 andares para 20 andares com outorga onerosa – que diz ser o sonho de muitos – Diz que é favorável a ocupação do espaço urbano, porém de forma ordenada (fala na íntegra em mídia eletrônica acostada a essa Ata). Em seguida o COORDENADOR agradeceu a presença de todos, encerrou a presente leitura, convidando e comunicando a todos as datas e locais das demais leituras, lembrando também, as datas de todos os demais atos públicos prenunciados no calendário provisório.

Roberto Costa
Relator

José Marcelo
Coordenador da Comissão Técnica

ANEXO I

Quadro 01: Problemas, potenciais e sugestões coletadas pelas oficinas de Leitura Comunitária da UTP 01.

Instituição / Cidadão	Necessidade e/ou Propostas	Ideia / Proposta PMB – UTP 03
ELISA SELVO CHAVES – Conselho Municipal de Políticas Culturais;	• Plano Setorial de Cultura	• Relacionar o Plano Setorial de Cultura
GERALDO VARJABEDIAN– Cidadão	Enalteceu a qualidade de vida e se manifestou contra a verticalização/ Propõe cessar com o crescimento habitacional	A cidade deve ser plural, deve possibilitar todas as opções de empreendimentos e de negócios
MARIE MURAKAMI – CMP	• Definiu que as legislações edilícias que contemplam regras somente para os “ricos”, as exigências não são compatíveis para os “pobres”. Aponta ainda o vocabulário pouco acessível do Plano Diretor.	• O plano deve adotar linguagem mais acessível, propor a simplificação de regras. • Propor flexibilização das regras para atendimento dos núcleos desconformes passíveis de regularização fundiária e urbanística sem, contudo, descuidar das questões de salubridade (ventilação / iluminação / insolação.
ADIEL PEREIRA – Associação de Moradores do Mangue Seco	• Loteamento irregular sem infraestrutura propõe a regularização fundiária e a possibilidade de construção de mais de uma casa por lote.	• A regularização fundiária esta em curso e foi facilitada com a edição dos provimentos 18 e 21 da Corregedoria de Registros Imobiliários

Reunião de Leitura Comunitária do Plano Diretor Participativo
Unidade Territorial de Planejamento 03 – REGIÃO 3 - EMEIF VISTA LINDA -28 de Agosto de 2013

	Aponta a construção civil como a base de economia de Bertioga.	
INGO DE VRIES ANDRÉ OLIVEIRA	<ul style="list-style-type: none"> • Propuseram que Bertioga inovasse sua economia, abordou as necessidades da exploração do pré-sal e citou como exemplo o “catering” para navios e plataformas. • Off shore e Supply boat. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão do zoneamento para permitir a instalação de atividades de base e montagem, de prestadoras de serviços de suporte e retaguarda ao pré-sal e portuária.
• JUAREZ MICHOLOTTI	<ul style="list-style-type: none"> • Apontou a necessidade de observarmos o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro 	<ul style="list-style-type: none"> • O PNGC – Plano Nacional de gerenciamento Costeiro está sendo levado em conta na parte que interfere diretamente em Bertioga o “Zoneamento Ecológico Econômico”.
• IVAN/VEREADOR	<ul style="list-style-type: none"> • Comentou a cidade é uma solução para a convivência social das pessoas e que devemos cuidar do que já existe e o conflito de ideias gera novos caminhos. 	<ul style="list-style-type: none"> • O PDB está sendo elaborado com ampla participação popular, da sociedade organizada em que o debate será incentivado na busca de novos caminhos em consonância com a economia e necessidades da população.
LUCIA MARIA DE CAMPOS/Moradora Indaiá	<ul style="list-style-type: none"> • É contra a possibilidade de outorga onerosa, os edifícios 	<ul style="list-style-type: none"> • A cidade deve oferecer a oportunidade a todos os segmentos da atividade econômica e de moradia, O PDB

Reunião de Leitura Comunitária do Plano Diretor Participativo
Unidade Territorial de Planejamento 03 –REGIÃO 3 - EMEIF VISTA LINDA -28 de Agosto de 2013

	devem se limitar a doze (12) pavimentos, apresentou ainda a necessidade de mais área de lazer, tais como centros comunitários e bibliotecas.	deve buscar um equilíbrio na definição das categorias edilícias. • Outorga onerosa é um dos instrumentos passíveis de utilização previsto no Estatuto da Cidade.